

A ÁREA CENTRAL DE UBERLÂNDIA-MG FRENTE AO PARADIGMA DAS CIDADES SAUDÁVEIS

Lidiane Aparecida Alves¹
Vitor Ribeiro Filho²

Resumo

Diante da interface entre o acelerado processo de urbanização e a necessidade de concretização das diretrizes de promoção da saúde a fim de assegurar a qualidade de vida, despontam novas concepções de organização das cidades. No presente trabalho são tecidas ponderações sobre as condições ambientais, considerando as dimensões do ambiente físico e social, que podem afetar a saúde na área central da cidade de Uberlândia-MG, uma cidade de porte médio em transição para grande com alto grau de transformações em seu espaço intra-urbano decorrentes dentre outros fatores do contexto em que está inserida. Neste sentido destaca-se como objetivo geral do presente artigo compreender as características da área central de Uberlândia frente ao paradigma das cidades saudáveis. Para alcançar o objetivo proposto foram realizadas pesquisas bibliográficas com o intuito de organizar e compreender os conceitos a serem utilizados, bem como constatações empíricas. Dentre as contribuições geográficas deste artigo destaca-se a importância das pesquisas ligadas a temática da cidade saudável, dada a urgência de mudanças no modo de vida da população, e em contrapartida o papel e o significado representado pela área central no contexto das cidades médias brasileiras.

Palavras chave: Área central; Cidades Saudáveis; Uberlândia-MG

¹ Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IG. Uberlândia- MG, Brasil. E-mail: lidianeaa@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IG. Uberlândia- MG, Brasil. E-mail: vitor.f@terra.com.br

Introdução

O contexto que emerge a luz do século XXI reforça a complexidade, a diversidade e o caráter mutável das cidades. O aumento do acesso às informações, da mobilidade, da participação política etc, traduz em mudanças socioeconômicas, de estilos de vida e de valores que se materializam na estrutura espacial das cidades.

O crescimento da população urbana é uma tendência inquestionável, é cada vez maior a quantidade de cidades e de suas dimensões territoriais. O aumento da extensão do tecido urbano combinado com as mudanças socioeconômicas refletiu, ao longo do século XX, na descentralização de algumas atividades centrais e em várias transformações no centro da cidade.

Ao aglomerar formas e funções de diferentes tempos, seja sobrepostas ou justapostas, bem como uma diversidade de habitantes, como aqueles que buscam espaços baratos e acessibilidade ou os grupos favorecidos economicamente que aí residem por causa do patrimônio cultural ou mesmo da nostalgia, as áreas centrais apresentam grande potencialidade para a revalorização e para a melhoria do ambiente, posto que são bem servidas pelas infraestruturas urbanas.

As mudanças de perspectiva em relação à área central, especialmente nas cidades médias, onde esta não teve um alto grau de degradação contribui significativamente para a construção de cidades com a qualidade ambiental e, por conseguinte que prezem pelo bem-estar coletivo.

Os índices de crescimento acima das cidades de mesmo porte e a intensidade das transformações em Uberlândia-MG, decorrentes dentre outros fatores do contexto em que a cidade está inserida, impõem a necessidade de um efetivo processo de planejamento a curto, a médio e a longo prazos que conduza para a construção de uma cidade segundo o paradigma das cidades saudáveis.

A situação que até então vem se materializando, especialmente na área central da referida cidade aponta para uma realidade insustentável. Porém nos últimos anos têm sido elaborados planos e projetos que têm como o foco ações na área central, mas que terão efeito na cidade como um todo. A execução dos mesmos aponta para a melhoria da qualidade de vida e, sobretudo para a promoção da saúde na cidade.

Diante das considerações feitas, o presente artigo possui como objetivo geral compreender as características da área central de Uberlândia frente ao paradigma das

cidades saudáveis. Para que o objetivo fosse alcançado foram realizadas pesquisas bibliográficas com o intuito de organizar e compreender melhor os conceitos a serem empregados no presente trabalho, bem como foram consideradas constatações empíricas. Dentre as contribuições geográficas deste artigo destaca-se a importância das pesquisas ligadas a temática da cidade saudável, dada a urgência de mudanças com o objetivo de promover a melhoria na qualidade de vida da população, e em contrapartida o papel e o significado representado pela área central no contexto das cidades médias brasileiras.

Crescimento urbano e cidade saudável

Há uma estreita relação entre a realidade socioeconômica e as características do processo de urbanização e do sistema urbano, pois o processo de criação do espaço e o modo de produção são inseparáveis e estreitamente relacionados.

As condições instaladas após o século XIX, com a Revolução Industrial e Comercial intensificaram o processo de urbanização, primeiramente nos países ditos desenvolvidos e mais recentemente nos chamados países em desenvolvimento, especialmente na Ásia, África e América do Sul. Estes continentes até 1950 apresentavam 83% da população formada por habitantes da área rural, situação que hoje se inverteu, já que a maioria de sua população é urbana, concentrada, sobretudo nas grandes cidades³.

A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta que até 2030 o índice da população mundial que viverá nos centros urbanos será acima de 70%, sendo no Brasil, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o atual índice de urbanização de 84% passará a 93,6%.

No Brasil, um país de dimensões continentais, portanto marcando pelas diferenças regionais, os processos de industrialização e urbanização ocorreram concomitantemente produzindo uma estrutura urbana e uma rede de cidades, em sua maioria de modo espontâneo e complexo, as quais passaram por diferenciações segundo as transformações socioeconômicas que geraram redefinições espaciais da rede urbana e da cidade.

³ As maiores aglomerações urbanas em sua maioria estão concentradas nos referidos continentes, a exemplo de Delhi, Bombaim e Calcuta Índia, São Paulo no Brasil, Cidade do México, Shanghai na China, Dhaka em Bangladesh, Karachi no Paquistão, Buenos Aires na Argentina.

Notadamente, após a década de 1940 foram mais intensas as transformações da sociedade como reflexo, meio e condição de realização e reprodução do processo produtivo. Ocorreu o crescimento populacional, a expansão física e o surgimento de novas cidades a partir da inversão do local de residência da população da área rural para a área urbana, sobretudo após a década de 1970.

Conforme demonstra o quadro 1 no Brasil no período de 70 anos, o índice de população urbana passou de 29% em 1940, para 84% em 2010, em sua maioria concentrado nas grandes cidades e suas áreas metropolitanas.

Quadro 1: Urbanização Brasileira 1940 -2010

A nos	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Taxa de Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	29
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	35
1960	70.070.457	31.303.034	38.764.423	44
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55
1980	119.002.080	80.436.409	38.566.297	67
1991	146.825.008	110.999.084	35.834.485	75
1996	156.770.892	123.076.818	33.993.332	78
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81
2010	190.732.694	160.215.462	29.852.986	84

Fonte: Censos Demográficos do IBGE – 1940 - 2010.

Em decorrência dos vertiginosos crescimento demográfico e do processo de urbanização, as metrópoles brasileiras tendem a tornar-se espaços altamente adensados com altos índices de verticalização e horizontalização. Nelas é reduzida ou mesmo eliminada a porção rural do município, com uma progressiva especialização funcional nas atividades tipicamente urbanas. Além disso, esse acelerado processo de urbanização materializa-se em duas faces: de um lado riqueza, desenvolvimento, inovação, e fortalecimento das instituições democráticas, e de outro a pobreza, marginalização e degradação ambiental, conforme reconhece o Fórum Urbano Mundial - FUM, 2010.

No Brasil as cidades com menos de 20 mil habitantes, historicamente representaram o *locus* de repulsão populacional, ao contrário das cidades de 100 a 500 mil e acima de 500 mil habitantes que foram o *locus* de atração populacional, concentrando no final do século XX mais de um quarto do total da população brasileira. Já as cidades de dimensões entre 20 e 50 mil e de 50 a 100 mil habitantes apresentaram um crescimento quase inalterado, com um pequeno acréscimo populacional (BRITO *et al*, s/d).

Com vistas a reverter esse quadro de concentração populacional e promover o equilíbrio da rede urbana, tendo com exemplo as ações empreendidas entre as décadas de 1950 e 1960, na Europa Ocidental, especificamente no contexto francês, onde as ações de planejamento urbano e regional (*aménagement du territoire*) estabeleceram políticas de desconcentrações de atividades econômicas e população para assegurar o equilíbrio dos centros urbanos e reverter a tendência à macrocefalia e a intensificação dos problemas urbanos, acadêmicos e administradores têm buscado a reorganização territorial brasileira.

Para tanto buscam o fortalecimento das categorias de cidades médias e pequenas, que em sua maioria se localizam longe do litoral, a fim de alcançar melhores condições de vida em todas as categorias de cidades.

Para o fortalecimento das cidades médias e pequenas é preciso investimentos públicos, para que possam estar em condições de atender às demandas por serviços financeiros, de saúde, educacionais etc, da própria população e das cidades do entorno, gerando emprego e renda a partir de uma lógica multiplicadora. Dentre as cidades com potencialidades para promover o equilíbrio da rede urbana brasileira estão 7 macropolos e 22 subpolos, os quais são:

[...] Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO) – para integrar a fronteira Oeste do Brasil; Uberlândia (MG) – para ajudar a conter a megaconcentração em São Paulo e Brasília; Palmas (TO) – para facilitar a ocupação do território central, fazer a integração com Belém e frear a concentração em Brasília; São Luís (MA) e Belém (PA), na fronteira Norte do Brasil. Aos macropolos foram incorporados 22 subpolos – alguns compostos por mais de uma cidade, por estarem aglomeradas – que devem cumprir papel complementar no projeto de desenvolvimento do país. São eles: Santa Maria (RS),

Chapecó (SC), Cascavel (PR), Montes Claros (MG), Teófilo Otoni (MG), Vitória da Conquista (BA), Juazeiro/Petrolina (BA e PE), Barreiras (BA), Elizeu Martins (PI), Souza (PB), Crajubar [Crato-Juazeiro-Barbalha] (CE), Imperatriz (MA), Marabá (PA), Araguaína (TO), Sinop (MT), Cruzeiro do Sul (AC), Rio Branco (AC), Tabatinga (AM), Itaituba (PA), Santarém (PA), Macapá (AP) e Boa Vista (RR). (ARAÚJO, 2009)

A referida autora com base nas afirmações do economista Clélio Campolina Diniz ressalta ainda que estes pólos de crescimento foram escolhidos tendo como base fatores como: a localização geográfica estratégica, as potencialidades ambientais, culturais e econômicas para expansão, e já são espaços de investimentos de órgãos públicos, como a Emater e o Ministério da Educação, que estão buscando estes espaços para a localização dos seus centros de pesquisa e instalação de escolas técnicas.

Uberlândia estrategicamente situada na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais, teve seu desenvolvimento e economia fortalecidos pela diversificação produtiva e pelas políticas inerentes ao contexto de fortalecimento das cidades médias.

O município destaca-se por sua dinâmica populacional e pelos fluxos estabelecidos com a região de sua hinterlândia. Com uma população de 600.285 habitantes dos quais 583.879 referem-se à população urbana (IBGE, 2010) a cidade possui uma taxa de crescimento anual de 3,31% e destaca-se como a maior do interior do estado de Minas Gerais e a segunda maior do interior do Brasil fora das Regiões Metropolitanas. Sendo que fora das Regiões Metropolitanas RM(s) Uberlândia é o município mais populoso do país. Este possui uma área de 4.116 Km² dos quais 219 Km² referem-se à área urbana e é classificado como um centro regional pelo IBGE ou como uma Grande Cidade Média por Bessa (2005), conforme a expressão utilizada por M.Santos.

Esta cidade caracteriza-se por um intenso crescimento econômico, desenvolvimento de uma alta e competitiva especialização funcional, combinados com uma boa qualidade de vida, fatores que segundo os estudiosos são importantes para a atração populacional. Historicamente, a migração foi significativa para o crescimento demográfico e aumento da urbanização de Uberlândia, ilustrada no quadro 2.

Quadro 2 – Uberlândia – MG: Dinâmica Populacional de 1970 a 2010.

no	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Taxa de Crescimento (%)	Grau de Urbanização (%)
	111.4	13	12	---	89,5
	231.5	9.	24	93,2	96,1
	358.1	8.	36	52,3	97,5
	487.8	12	50	36,2	97,5
	583.8	16	60	20,0	97,2

Fonte: Censos Demográficos do IBGE – 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Apesar de um quadro geral positivo do desenvolvimento das cidades médias e pequenas, vale lembrar que é intrínseca à urbanização conforme lembra Corrêa (1995), um espaço simultaneamente fragmentado e articulado; reflexo, meio e condição social, já que o espaço urbano é constituído por meio de processos e práticas espaciais postos em ação por diversos agentes sociais.

Conjuntura esta que pode gerar diversas problemáticas socioambientais no espaço urbano, dentre as quais estão as contradições sociais e econômicas e a degradação ambiental (física e social). Em Uberlândia já é notável essa diferenciação social e espacial, a fragmentação e a degradação do espaço urbano frente ao aumento de sua extensão territorial. De acordo com as condições econômicas os novos habitantes residem em áreas próximas a córregos e rodovias, ou em setores valorizados da cidade como o setor sul, onde estão presentes amenidades e as melhores condições infraestruturais.

Aliada ao desenvolvimento econômico e ao destaque regional, os bons indicadores socioambientais ainda presente nas cidades médias devem ser mantidos e/ou aprimorados a fim de que os benefícios imputados à urbanização não sejam exequíveis e que estas não apresentem problemas que anteriormente eram próprios dos grandes centros urbanos. Contexto em que impõe que as cidades sejam pensadas, geridas e planejadas de acordo com a perspectiva da cidade saudável.

Deterioração da Área Central e requalificação do ambiente

Enquanto forma e função espacial decorrente dos processos sociais empreendidos na acumulação de capitais e reprodução da sociedade, destaca-se na

cidade capitalista a importância da área central, não apenas para a cidade, mas para toda a sua hinterlândia, especialmente após o século XX.

Originalmente a área central é o nó do sistema de circulação, o ponto de concentração, convergência/divergência de fluxos diversos da cidade. (SPOSITO,1991). Ela concentra atividades de comércio e serviços e terminais de transportes, sendo a área de maior acessibilidade no espaço urbano. (CORRÊA, 1995).

Na perspectiva de Villaça (2001) as áreas constituem-se em ou deixam de ser centrais, dependendo da presença de fixos que viabilizem a aglomeração e da possibilidade da sociedade arcar com os custos da aglomeração. Como nem todos conseguem manter-se aglomerados, alguns são obrigados a se afastar, constituindo assim o centro e o não centro.

A área central é subdividida em dois setores distintos o CBD (Central Business District) e a ZPC (Zona Periférica do Centro) sendo o primeiro caracterizado pelo uso intensivo do solo, sobretudo pelas atividades mais valorizadas e o segundo pelo uso semi-intensivo do solo por atividades de baixo status com destaque para o uso residencial (CORRÊA, 1995).

Nos processos espaciais ocorre uma divisão social do espaço a partir da concentração de atividades e níveis sociais distintos ligados a estas atividades conforme afirma Castells *apud* Sposito (1991, p.7). Quando da cidade monocêntrica a área central concentrava as atividades mais valorizadas as classes sociais de maior poder aquisitivo da cidade, cuja situação foi modificada com a emergência da cidade multi(poli)cêntrica, isto é, com várias centralidades e padrões de deslocamento.

Em função das transformações econômicas e sociais inerentes ao capitalismo monopolista e a expansão demográfica e espacial da cidade, a área central tem passado por redefinições funcionais. Ela passou a concentrar as atividades de gestão, escritórios de serviços especializados e determinadas tipologias de comércio, o destinado às classes de baixo poder aquisitivo e que utilizam o transporte público coletivo, e em outro extremo o comércio de luxo e/ou especializado voltado para um nicho restrito. Em contrapartida por causa do processo de descentralização, do avanço dos sistemas de informações que afetaram o gerenciamento das funções de controle e decisão e do aumento da mobilidade perdeu atividades tipicamente centrais que passam a concentrar em novas áreas.

A combinação do processo de reestruturação urbana a partir da descentralização das atividades de comércio e serviços com o deslocamento da população de alta renda para novas áreas valorizadas e providas de infraestruturas da cidade, a área central sofre uma relativa desvalorização. Neste contexto, conforme colocado por Villaça (2001) ocorre a retomada da área central pela população de baixa renda, assinalando o que muitos chamam de “crise” ou “decadência” da área central.

Diante desse quadro, tornou-se comum, sobretudo nas grandes cidades brasileiras a ideologia de área central, como sinônimo de deterioração ou decadência, ou seja, as condições infraestruturais tornam-se inviáveis para a manutenção de certas funções, levando a concretização de investimentos em outras áreas da cidade.

Os espaços da cidade podem passar por um processo de desvalorização, e momentos depois, por um processo de revalorização, e assim consecutivamente, já que mostram-se em constante movimento, que, pode ser associado as características das cidades desde a Antiguidade. Assim, as áreas centrais enquanto espaços de grande representatividade no tecido urbano apresentam momentos de apogeu, decadência e de renovação.

A partir do final da década de 1970, nas grandes cidades iniciaram as ações de requalificação das áreas centrais, as políticas urbanísticas e de planejamento desde então buscam intervir nas áreas centrais, para reverter a situação instaurada, promovendo a recuperação e preservação das mesmas no âmbito dos aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais, e contribuindo para a preservação da história do lugar, tendo em vista a concepção de centro nas cidades européias, o valor simbólico, a humanização e sua importância para toda a cidade.

Além das modificações no espaço físico, ideologicamente são necessárias modificações no plano social, sendo que para concretizar essas modificações o Estado agiria removendo as classes de menor poder aquisitivo. O fenômeno resultante desse processo recebe a denominação de “*gentrification*”, ou “enobrecimento”, que significa o atendimento das necessidades e a criação de possibilidades para a fixação das classes de maior poder aquisitivo nas áreas renovadas.

Contudo, essas ações acabam por contribuir com a segregação nas áreas centrais, na medida em que possibilita a formação de enclaves de população de alto poder aquisitivo, ao contrário do ideal que seria a reestruturação e democratização do centro.

Outro instrumento de revitalização das áreas centrais, que repercute no tecido social e nas atividades nela presentes é a chamada “pedonização”, ou seja, a redução ou eliminação do tráfego em algumas ruas do Centro, onde é forte a dinâmica comercial, cultural ou turística. Em conseqüência, a partir da restauração do patrimônio e das renovações habitacionais são realizadas reabilitações da área central, que passa a apresentar um maior número de freqüentadores, especialmente os jovens.

Esse processo implica no aumento da especialização funcional, sobretudo na venda de artigos pessoais, restauração, serviços pessoais, bancos e seguros, na construção de estacionamentos e na presença de terminais de transporte nos limites da “zona pedonal”, pois a acessibilidade é fundamental.

Considerando as ações para a promoção de revitalização de áreas centrais no contexto brasileiro, pode se citar como exemplos, aquelas empreendidas no centro do Rio de Janeiro (RJ), o Projeto Corredor Cultural e o Rio Cidade, os movimentos e projetos realizados no centro da Cidade de São Paulo, como aqueles empreendidos pela Associação Viva Centro, o Projeto Alegria Centro na cidade de Santos (SP), o Projeto Reviver implementado em São Luís do Maranhão, o Projeto Cores da Cidade em Recife (PE), as medidas aplicadas no Pelourinho em Salvador (BA) entre outras.

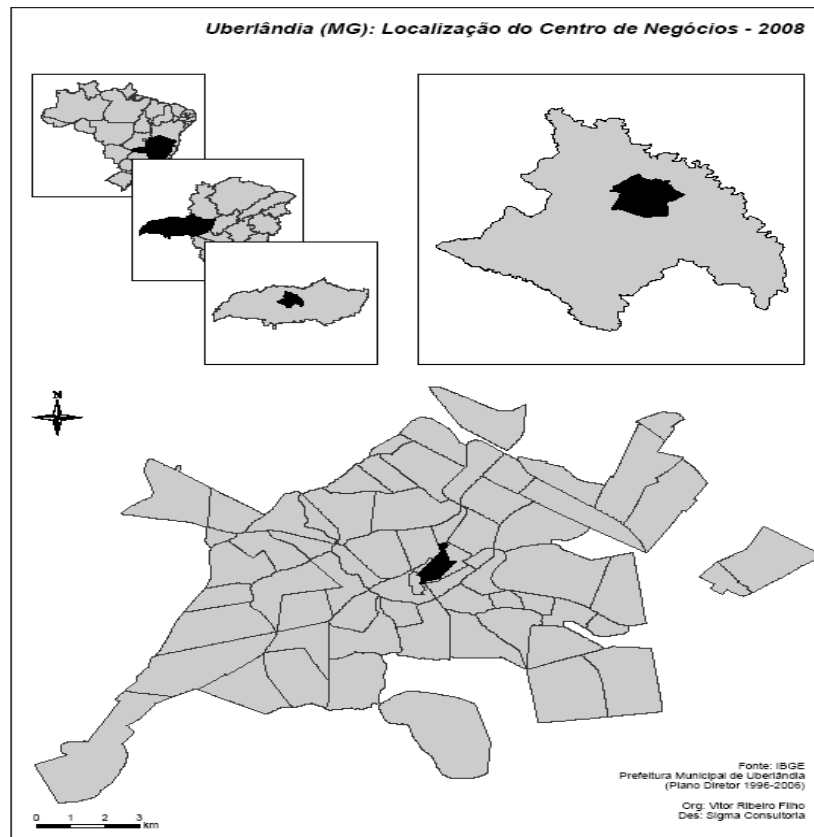
No âmbito das cidades médias, ainda que tenha sofrido transformações decorrentes da descentralização a área central ainda ocupa uma posição de destaque no comando da cidade. Por este e outros motivos destaca-se a necessidade de ações que assegurem a qualidade do ambiente físico e social das mesmas. Em consonância com perspectiva identifica-se o planejamento de intervenções na área central de Uberlândia.

Área Central de Uberlândia no contexto das cidades saudáveis

A origem de Uberlândia remete aos séculos XVII e XVIII quando das expedições das Bandeiras pelo Brasil Central. Os mineradores e tropeiros passavam pela região com destino à Goiás e Mato Grosso com o fim da mineração aqui se fixaram e desenvolveram outras atividades como a agropecuária e agricultura.

Foi na Fazenda Tenda entre o Rio Uberabinha e o Córrego São Pedro que surgiu a cidade de Uberlândia, emancipada no ano de 1888. Este núcleo de habitação denominado Fundinho concentrou até as primeiras décadas do século XX as atividades comerciais que depois se deslocaram para as Avenidas Afonso Pena, Floriano Peixoto e

João Pinheiro, onde começou a se formar o centro da cidade (SOARES; RAMIRES, 1993), conforme representa o mapa 1.



Nesta área que abarcava o Fundinho e as Avenidas Afonso Pena, Floriano Peixoto e João Pinheiro, concentrava praticamente todas as atividades de comércio e serviços e as residências de alto *status* de Uberlândia até a década de 1980. Após esse período a estrutura monocêntrica deixou de predominar na cidade, posto o afastamento de parcela da população de alto *status* e a emergência de novas centralidades, como os *Shopping Centers*, os subcentros e os eixos comerciais em novas áreas da cidade.

Todavia, apesar da perda de muitas atividades terciárias, o centro ainda concentra a maior parte das atividades econômicas, com destaque para a gestão, serviços especializados, o comércio popular e de luxo. Destaca-se no caso do centro de Uberlândia a particularidade de concentrar as duas tipologias diferenciadas de comércio: o de luxo e o popular. O primeiro representado pelas lojas de *griff* e boutiques concentra-se no Fundinho e o segundo representado pelos camelódromos concentra-se nas proximidades do Terminal Central do transporte coletivo público, uma área com

alto grau de adensamento de atividades dessa tipologia e de fluxos de veículos e pedestres.

Os transportes públicos coletivos interferem na organização espacial e social da cidade e são fundamentais para a qualidade de vida da população que deles necessitam para efetuar as atividades diárias e acessar os equipamentos urbanos. Estes devem oferecer aos usuários uma circulação com fluidez, segurança, custos acessíveis e assegurar a qualidade ambiental, corroborando para a redução de problemas como congestionamentos, os acidentes de trânsito e as poluições atmosférica e sonora, que têm se agravado a cada dia, especialmente em médias e grandes cidades muitas vezes decorrentes do aumento do uso dos veículos particulares.

No contexto de Uberlândia foi implantado em 1997 o Sistema Integrado de Transporte – SIT com seus cinco terminais, quatro periféricos e o Terminal Central – TC que interliga todos os terminais periféricos através das linhas troncais conforme a figura 1.

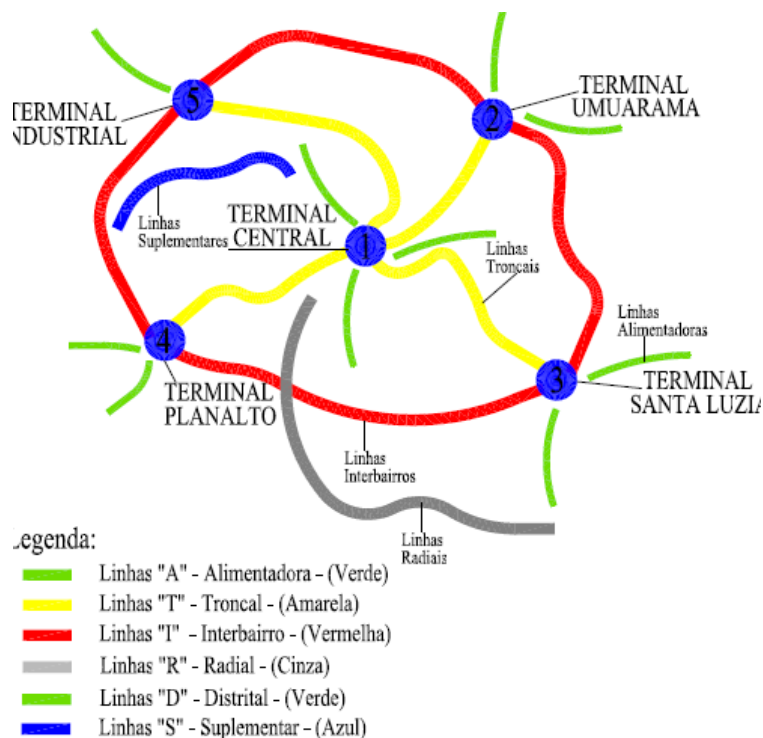


Figura 1: Localização dos Terminais do SIT.

Fonte: SETTRAN, 2011

A estrutura organizacional do SIT faz com que um alto volume de pessoas acesse o TC. Segundo dados da SETTRAN o volume de passageiros que passaram pelo TC passou de 1.120.120 em 1997 para 4.877.959 em 2010. Para atender a demanda o

número de linhas de ônibus que acessavam o TC aumentou de 32, quando este foi criado para 55 linhas diárias.

Além do alto fluxo do transporte coletivo a presença de diversas vias arteriais que atravessam ou tem início na área central contribui para o aumento do número de veículos que por ela trafegam, seja porque a têm como destino ou apenas utilizam suas vias para atravessar para outra área da cidade.

A combinação do aumento do número de ônibus do transporte coletivo e de veículos particulares que circulam pela área central é responsável pelo aparecimento e agravamento de problemas que afetam a qualidade de vida, como congestionamento, poluição e os acidentes de trânsito, que de acordo com a SETTRAN concentram em sua maioria na área central da cidade.

Destaca-se neste ponto que o processo de planejamento do trânsito em Uberlândia historicamente foi à luz dos deslocamentos dos veículos. Os tempos semafóricos não contemplam a travessia dos pedestres, mas são estabelecidos no sentido de assegurar a fluidez do trânsito, o que contraria os pressupostos da mobilidade sustentável, especialmente na área central onde é grande a quantidade de transeuntes.

A qualidade ambiental urbana é determinante na qualidade de vida e na saúde humana, pois as áreas verdes destinadas ao lazer e ao ócio são uma necessidade biológica. A arborização, a presença de praças e de áreas de lazer, a boa qualidade das calçadas, os baixos índices de poluição etc, são alguns indicadores da qualidade ambiental.

Em função do grau de adensamento do centro da cidade de Uberlândia a arborização concentra-se fundamentalmente nas praças públicas, que no centro também são os principais locais de ócio especialmente dos idosos, a proporção de árvores nas calçadas e nos quintais é baixa. Assim conforme apontou o mapeamento realizado por Melazo e Nishiyama (2010) a arborização na área central de Uberlândia é mal distribuída, isolada, desconexa e muito fragmentada. Ainda de acordo com os autores

Dizer em melhorar a qualidade ambiental do centro da cidade no que se refere à cobertura vegetal, tornou-se algo muito complicado, em função da indisponibilidade de espaço destinado ao plantio, além de outras prioridades notórias como a acessibilidade de pedestres, fluxo e transporte de automóveis, entre outros. O resultado do Índice de Cobertura Vegetal - ICV

do bairro Centro foi 7 %, enquanto o Índice de Cobertura Vegetal por Habitante - ICVH foi 13,47 m² por habitante, o que está diretamente relacionado à proporção população residente e a pequena área do bairro. (MELAZO e NISHIYAMA, 2010, p. 63)

As calçadas da área central de Uberlândia-MG de modo geral apresentam baixas dimensões físicas, em sua maioria com menos de 2m de largura, combinadas com a irregularidade do piso e a presença de obstáculos, como os ambulantes o que reduz significativamente o nível de serviço das mesmas. Segundo o diagnóstico realizado pela SETTRAN para a elaboração do projeto de requalificação da área central as piores condições das calçadas ocorrem na Avenida Afonso Pena entre o Terminal Central e a Praça Clarimundo Carneiro. Nesse perímetro o nível de serviço das calçadas é de C a F considerando uma escala de A a F de acordo com a eficiência, onde o A é o mais eficiente e o F o menos eficiente. Conforme mostra a figura 2.

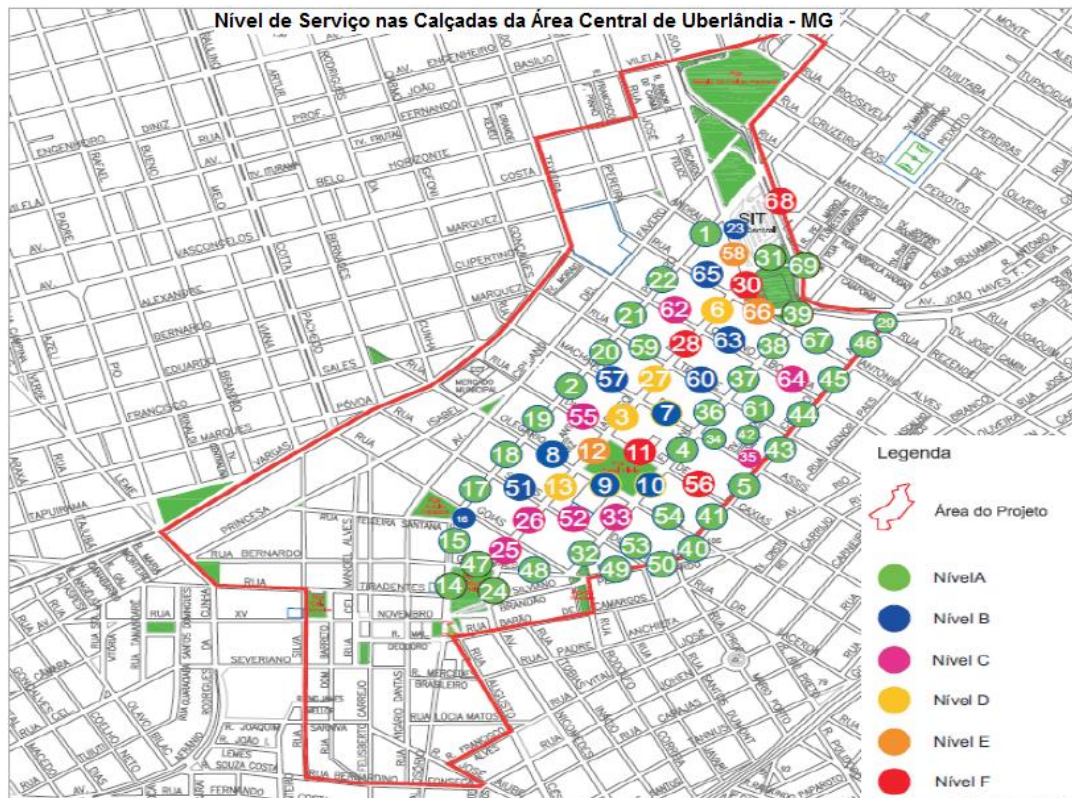


Figura 2: Uberlândia- MG- Nível de Serviço das Calçadas

Fonte: PlanMob – SETTRAN, 2010.

Tendo em vista a tendência de crescimento da cidade e a necessidade de assegurar a qualidade das condições físicas e ambientais da área central de Uberlândia, ações têm sido empreendidas pelo poder público municipal, dentre as quais se destaca a elaboração do Plano de Diretor de Mobilidade Urbana – PlanMob e do Projeto de Requalificação da Área Central e do Fundinho Integrado ao Contexto dos Bairros em 2010. Onde se reconhece o descompasso da realidade de degradação socioambiental da área central e a permanência desta como foco dos transportes, e afirma que

[...] A requalificação da Área Central e Fundinho requer, portanto, a melhoria do aproveitamento destas áreas aliada à promoção da mobilidade. Deve prover também a criação de atrativos capazes de conter a expulsão da população residente, fomentando a diversidade de usos e de atividades voltadas para o desenvolvimento urbano, social e econômico, compreendendo a reutilização de espaços públicos e edificações degradadas, subutilizadas ou insalubres, bem como a melhoria da infraestrutura dos equipamentos e serviços urbanos. (PLANMOB, 2010, p.16)

Dentre as diretrizes e ações correlatas do PlanMob destacam-se 1) a priorização dos deslocamentos a pé; a partir de ações que melhorem as calçadas, as condições de circulação dos pedestres, os espaços das praças e o ambiente como um todo, 2) a garantia de um transporte coletivo de qualidade, integrado e rápido; sendo que dentre as ações correlatas destaca-se a racionalização dos itinerários e da frota na área central, 3) a democratização do uso do sistema viário, 4) a racionalização da utilização viária e melhoria da qualidade dos espaços públicos, 5) a segurança nos deslocamentos, 6) a conscientização, entre outras.

O projeto de requalificação igualmente encontra-se embasado nos pressupostos da mobilidade sustentável, acessibilidade universal e priorização dos transportes não motorizados e coletivos, além de primar pela renovação e reestruturação da área atraindo novos moradores, porém sem que ocorra a saída da população atual.

Acrescenta-se ainda que, seguindo uma tendência global este projeto preza pela preservação e revalorização dos bens culturais existentes e criação de outros equipamentos, como museus. Tendo em vista que, além suprir as necessidades básicas, busca-se atender a demanda da nova sociedade que busca consumir a Cultura, no

sentido estético, de apreciar as obras criadas pela sociedade em diferentes situações. Essa mudança de hábito influencia nas ações empreendidas nas cidades, especialmente nas áreas centrais onde geralmente está concentrado o patrimônio histórico e cultural.

A emergência desses novos hábitos e a inserção dos mesmos nas políticas de planejamento contribuem para o processo de construção das cidades saudáveis, pois as pessoas passam a ter maior respeito com o meio ambiente e com os semelhantes, bem como podem cooperar para o desenvolvimento e inclusão social.

Considerações finais

A área central possui uma grande representatividade no contexto da cidade de Uberlândia, concentrando expressiva quantidade e tipologias de atividades de comércio e serviços, bem como usos residenciais. Entretanto, apesar de sua dinâmica esta área já apresenta sinais de “crise”, posto a valorização de novas áreas e a concentração de alto volume de fluxos decorrente da estrutura viária e do SIT que convergem para o centro.

Todavia, diferentemente do que ocorreu no contexto de muitas metrópoles, em que a área central tornou sinônimo de decadência, a emergência de novos valores e de transformações à luz do século XXI revelam de um lado mudanças na perspectiva socioeconômica, com a criação de novas estratégias para reprodução urbana e de outro lado com a adoção de novas formas de planejamento e gestão urbana que contribuem para a manutenção da qualidade ambiental física e social das áreas centrais nas cidades médias.

Para se construir uma cidade saudável é necessário dedicar atenção especial à área central pela sua importância, não somente na concentração das atividades econômicas, mas também em função da diversidade de sua população residente, do valor imbuído ao seu ambiente e das relações que esta possui com a cidade e região.

Acrescenta-se ainda é um processo que deve ter como objetivo a melhoria e eficiência da cidade, o qual deve ser aceito e buscado pelos governantes e pela população. No âmbito da esfera governamental, o planejamento e gestão adotados, e, por conseguinte todas as políticas públicas devem ter implícitos ou mesmo explícitos os propósitos essenciais ao paradigma de cidade saudável, sendo mister o papel da sociedade civil, a qual apresenta grande potencialidade em promover mudanças.

Referências

- ARAÚJO, A. R. A onipresença do urbano. In: **Revista Diversa**. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. Ano 8 - nº 17 - agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/diversa/17/index.php/tendencia/a-onipresenca-do-urbano>> Acesso em: 2 de mar. 2011.
- BESSA, K.C. Reestruturação da Rede Urbana Brasileira e Cidades Médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Revista Caminhos de Geografia** 6(16): 268 - 288, 2005. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 2 de mar. 2011.
- BRITO, F; HORTA, C. J.G; AMARAL, E. F. de L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Belo Horizonte, s/d. Disponível em: <www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A_urbanizacao_no_brasil.pdf>. Acesso em: 2 de mar de 2011.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1995.
- FÓRUM URBANO MUNDIAL: **pensando o urbano a partir do Rio de Janeiro**. Brasília. fevereiro/março de 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos demográficos**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 mar. 2011.
- MELAZO, G. C., NISHIYAMA L. Mapeamento da cobertura arbóreo-arbustiva em quatro bairros da cidade de Uberlândia- MG. In: **REVSBAU.**, Piracicaba – SP, v.5, n.2, p.52-66, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/busca.php>>. Acesso em: 2 mar. 2011.
- SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSTES (SETTRAN). **Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Uberlândia- PlanMob**. Versão Preliminar. Vol. I e II. Uberlândia. Julho de 2010.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. (SEPLAMA). **Projeto de Requalificação da Área Central e Fundinho Integrado ao Contexto dos bairros**. Proposta do projeto. Vol. II. Uberlândia, 2009.
- SOARES, B. R. e RAMIREZ RAMIREZ, J. C. L. As transformações do centro de Uberlândia no contexto de expansão da cidade. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, 5 (9-10), p. 25-38, jan/dez, 1993.
- SPOSITO, M. E. B. O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana. **Revista Geográfica**, nº 10. São Paulo, UNESP, 1991. p. 1-18.

A área central de Uberlândia-MG frente ao paradigma das cidades saudáveis

Lidiane Aparecida Alves; Vitor Ribeiro Filho

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP:
Lincoln Institute, 2001.